

## Representação das minorias sociais no “Unibairros”, jornal alternativo da década de 1980: os movimentos negro e feminista nas páginas dos jornais<sup>1</sup>

Christina Ferraz Musse<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Juiz de Fora

Isabella de Sousa Gonçalves<sup>3</sup>  
Universidade Federal de Juiz de Fora

### Resumo

Este artigo tem o objetivo de entender como o jornal impresso “Unibairros – O jornal dos bairros de Juiz de Fora”, produzido por moradores e jornalistas da cidade nos anos 1980, abordava os movimentos negro e feminista em suas páginas. O periódico existiu entre 1980 e 1989, anos nos quais as manifestações feministas e do movimento negro eram pautas recorrentes de suas edições. O “Unibairros” era um jornal de reivindicações, de posicionamento político, mas também de entretenimento. Esse artigo é resultado da análise de artigos em profundidade, por uma abordagem historiográfica.

### Palavras –chave

História da Mídia; Unibairros; Jornalismo Alternativo; Movimento Negro; Movimento Feminista

### Introdução

Juiz de Fora carrega 108 anos de jornalismo, perfazendo uma longa história da imprensa, tendo a cidade, ao longo desse tempo, vivenciado uma série de mudanças culturais. Como o jornalismo constitui uma representação da sociedade, estudar a história da mídia é também uma forma de entender a transformação dos fenômenos sociais, a partir de uma perspectiva historiográfica. Em Juiz de Fora, uma série de grandes jornais já foram parte da realidade diária da população, além dos alternativos, que surgiram, inicialmente, a partir dos estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com o Diretório Central de Estudantes (DCE).

O “Unibairros” foi um dos jornais alternativos que fizeram parte da história da imprensa da cidade, sendo ele um periódico criado a partir da associação de moradores de bairros, tendo um caráter de resistência e de democratização da comunicação. O seu objetivo era o de informar, de forma diferente da grande imprensa, as populações dos bairros, principalmente as periferias, sendo responsável por promover

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na XII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã - O direito à comunicação na luta por uma cidadania ativa, realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora, em Juiz de Fora, Minas Gerais, de 25 a 27 de outubro de 2017.

<sup>2</sup> Professora do curso de graduação em Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG, e-mail: musse@terra.com.br.

<sup>3</sup> Aluna do curso de graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG, e-mail: isgoncalvess@gmail.com.

conscientização, debate e abrir espaço para a participação popular. O periódico também procurava noticiar as reivindicações das comunidades, que muitas vezes eram esquecidas pela Prefeitura.

O jornal foi lançado em 1980, período marcado pela Lei da Anistia, e a lenta abertura política, momento em que houve a redemocratização do Brasil, após a repressão da ditadura militar. Nesse sentido, o “Unibairros” surge em meio a esses debates, tendo ele uma característica de movimento social e político, procurando conscientizar a população sobre temas distintos, que perpassavam pela política, saúde, economia e cultura. O periódico circulou durante toda a década de 1980, tendo o seu último número sido lançado em setembro de 1989. Ele não tinha fins lucrativos e contava com a tiragem de 4000 exemplares. Os textos eram redigidos por jornalistas, estudantes e moradores de bairros, existindo um forte apelo para a participação popular. Além disso, não havia local fixo para as reuniões de pauta, havendo encontros onde fosse possível, já que se tratava de um jornal que se organizava a partir da associação de bairros distintos.

A primeira reunião do periódico foi realizada no final daquele ano, no dia 19 de novembro de 1980, encontro que contou com 59 representantes de bairros de classe econômica baixa e afastados do centro, como: Vitorino Braga; Linhares; São Benedito; Olavo Costa; Santa Cândida e Vila Ideal. O impresso surgiu da ideia de atuar como um espaço de reivindicação, constituindo-se como um meio para legitimar os questionamentos da população local. Além disso, ele também atuaria como um instrumento de educação e conscientização, trazendo temas de relevância para a sociedade como um todo e para Juiz de Fora. Nesse sentido, havia espaço para a manifestação de minorias sociais<sup>4</sup>, sendo levantadas questões relacionadas ao movimento negro e feminista, que serão abordadas ao longo desse artigo.

### **A imprensa alternativa no período ditatorial brasileiro**

O golpe militar de 1964 no Brasil envolveu fatores complexos e, diante de um contexto de guerra fria e da revolução cubana, o medo do comunismo pairava no imaginário coletivo, sendo ele um dos argumentos para a sua execução. Pelas reformas adotadas e a sua aproximação das camadas populares, o então presidente João Goulart preocupava não apenas aos militares, mas também a outros segmentos da sociedade civil, como a imprensa e empresários (FICO, 2014). Nesse sentido, o golpe militar, no Brasil, pode ser considerado como midiático, civil e militar. Diante desse contexto, a maioria dos proprietários dos jornais tradicionais tinha um posicionamento favorável à “revolução”, tal qual era chamada. Dessa forma, editores dos periódicos mais conceituados compartilhavam os ideais da UDN, o partido político que se aliou aos militares para a tomada do poder e deposição do presidente João Goulart (ABREU, 2002).

---

<sup>4</sup> Nesse artigo, as minorias sociais serão entendidas como aquelas que têm condições sociais mais frágeis, sofrendo discriminação dentro da sociedade.

Udenista era a família Mesquita, proprietária de O Estado de S. Paulo, assim como Roberto Marinho, dono de O Globo, Herbert Levy, proprietário de a Gazeta Mercantil, jornal que ganharia importância nos anos 1970, tinha sido um dos fundadores da UDN em 1945 e foi um dos articuladores do movimento golpista em 1964 (ABREU, 2002, p.07-08).

Ao estudar a ditadura militar no Brasil, é comum que os anos iniciais após o golpe sejam considerados, por muitos, como democráticos, sendo a primeira fase da ditadura brasileira descrita como “branda”. É interessante perceber, entretanto, que a repressão e o silenciamento aconteciam desde o início, em especial aos setores invisibilizados da sociedade, tais como militantes e sindicalistas.

Em 1967, a repressão, que antes era velada, passou a mostrar as caras de forma menos disfarçada. A partir da Lei de Segurança Nacional, qualquer contestação política moderada, como uma opinião contrária ao regime ou um protesto, poderia ser entendida como uma forma de subversão. Nesse sentido, o crime político era considerado como aquele que fosse contrário ao país, de “lesa-pátria”. Para a doutrina de Segurança Nacional, uma manifestação cultural servia como uma fase inicial à revolução comunista, ou seja, uma matéria jornalística poderia se configurar como uma forma de preparação para a tomada do Estado.

Segundo Kucinski (1991), diante desse contexto de censura, ocasionada pela ditadura militar brasileira, houve o surgimento da imprensa alternativa no Brasil, com a fundação do “Pif Paf”, em 1964. Nessa mesma época, outros jornais alternativos também se destacaram, tais como “O Pasquim”, o “Opinião” e o “Versus”. É importante notar que o ápice do jornalismo alternativo aconteceu nas décadas de 1970 e 1980, momentos em que a censura e a repressão estavam no auge, a partir da Lei de Segurança Nacional, adotada em 1967, e do Ato Institucional número 5, instituído em dezembro de 1968.

Os jornais alternativos nem sempre procuravam uma existência perene, já que, com o caráter de repressão do regime, a sua permanência tinha uma característica frágil. O objetivo desses periódicos era o de informar, não havendo preocupação com o lucro. A imprensa alternativa se interessava pela possibilidade de recriação da identidade cultural brasileira, além de combater uma postura de intolerância, configurada no contexto histórico.

No período ditatorial brasileiro, a imprensa tradicional se mostrou ora complacente à ditadura militar, ora acuada, diante dos censores, que faziam parte da realidade diária das redações. Nesse sentido, os jornais alternativos demonstravam a existência de outras realidades, muitas delas desconhecidas pela maioria da sociedade, que se informava exclusivamente pelos meios tradicionais. Os periódicos, em suas pautas, cobravam a garantia dos direitos humanos e a redemocratização e, por seu caráter crítico, era incomum que tais jornais alternativos resistissem por muito tempo. Mas é importante perceber que, mesmo com a perseguição, os números dessa imprensa alternativa são grandiosos.

Durante os quinze anos de ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar. Ficaram conhecidos como *imprensa alternativa ou imprensa nanica*. A palavra *nanica*, inspirada no formato tablóide adotado pela maioria dos jornais alternativos foi disseminada principalmente por publicitários, num curto período em que eles se deixaram cativar por esses jornais (KUCINSKI, 1991, p.05).

Dessa forma, os estudantes e jornalistas se reuniam e procuravam criar uma verdadeira liberdade de imprensa. Nessa perspectiva, adotavam críticas ferrenhas em suas matérias, mesmo que muitas delas estivessem nas entrelinhas, com o objetivo de burlar a censura. Nesse sentido, a imprensa alternativa se configurava como de contestação, atuando como forma de resistência ao regime e, posteriormente, servia como espaço crítico de debate, diante de um contexto de abertura política (KUCINSKI, 1991). Portanto, é possível perceber que a imprensa alternativa fugia de iniciativas governamentais e empresariais, encontrando-se à margem dos oligopólios midiáticos, que existiram ao longo de toda a história do jornalismo no Brasil (WERNECK, 1999).

### **A imprensa brasileira e o movimento feminista**

O fim do século XIX, no Brasil, foi marcado pela entrada crescente das mulheres no mercado de trabalho, sendo que, na indústria têxtil, por exemplo, elas chegaram a ocupar a maior parte da mão-de obra atuante. Nesse momento de maior protagonismo na sociedade, houve um fortalecimento do movimento feminista, a partir da criação do Partido Republicano Feminista, pela baiana Leoninda Daltro, e da Associação Feminista, influenciada pela greve dos operários, realizada em São Paulo, em 1918. O partido e associação são grandes destaques do movimento feminista brasileiro, tendo sido eles muito ativos e responsáveis por engajar um grande número de mulheres. Entretanto, a partir do golpe militar, houve um silenciamento da luta feminista, tendo ela se fortalecido novamente somente em 1970 (COSTA, 2011).

Nesse período, o movimento feminista ainda era desprezado, mesmo em jornais alternativos de destaque da época, como “O Pasquim”. Naquela época, o movimento era associado, de forma pejorativa, à frustração sexual. Nesse sentido, não era comum a abordagem, pela imprensa, do movimento feminista, tanto na mídia tradicional, quanto na alternativa (KUCINSKI, 1991).

Em 1975, o feminismo ganha uma nova força, com as comemorações do Ano Internacional da Mulher, que foi promovido pela ONU e teve eventos em São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. A partir dele, houve o surgimento de novos grupos de mulheres no Brasil, responsáveis por dar maior força ao movimento feminista e promover a reflexão nas diversas camadas da sociedade. Nesse mesmo ano, também foi criado o jornal “Brasil Mulher”, de Londrina, sendo ele de temática feminista e publicado por

ex-presas políticas. Após este impresso, em 1976, também é publicado o jornal “Nós Mulheres”, sendo que ambos acabam se configurando como os principais periódicos feministas no Brasil.

O “Brasil Mulher” foi fundado em 1975, em Londrina. É o primeiro jornal feminista brasileiro feito no Brasil e traz a gênese do debate entre mulheres feministas e mulheres militantes de esquerda: a situação clássica de dupla militância do movimento feminista no período de 1974 e 1980. Editado bimestralmente, em formato tablóide, contendo 16 páginas em preto-e-branco e ilustrado com fotos, item muito valorizado pela publicação, o “Brasil Mulher” tinha tiragem de 10 mil exemplares, com circulação nacional e venda em bancas, livrarias e por assinatura. Sua publicação cessa em março de 1980 (CARDOSO, 2004).

Os jornais de temática feminista objetivavam criar espaços de diálogo, com temas que tratavam da participação política, igualdade de direitos, condições de trabalho, aborto e violência. A intenção de tais periódicos era a de fortalecer o discurso do movimento, além de incentivar questionamentos de relevância para o feminismo como um todo e para a sociedade. Nesse sentido, o jornalismo alternativo, de cunho feminista, era responsável por também dar voz ao movimento, sendo relevante para dar maior legitimidade aos questionamentos adotados, além de atuar como fonte de conscientização para a população, a respeito do movimento e das lutas defendidas.

Conforme foi abordado anteriormente, o movimento feminista voltou a se fortalecer em 1975 e, nesse contexto, é possível notar que o surgimento de uma imprensa alternativa feminista acompanha a própria evolução do movimento. Os primeiros jornais feministas surgem entre 1974 e 1980, totalizando nove periódicos diferentes. Entre 1981 e 1989, há o auge da imprensa feminista, em um total de 44 publicações. Porém, entre 1990 e 1999, há uma diminuição desse número, havendo apenas 21 jornais.

### **O feminismo no “Unibairros”**

O “Unibairros”, assim como outros jornais alternativos da época, atuava como uma forma de resistência e noticiava as pautas que não eram abordadas pela mídia tradicional. O periódico abordava temáticas diversas, havendo editoriais de política, cultura, economia, situação dos bairros e causas trabalhistas. Além disso, ele trazia o movimento feminista em grande parte de suas edições, sendo que a coluna que perpassava pelas reivindicações das mulheres era denominada “E nós mulheres!”, que incentivava uma maior autonomia feminina, a partir do pensamento das próprias mulheres. Nesse sentido, os textos reforçavam o fato de que as mulheres deviam combater o machismo e a agressão masculina. Além de serem escritos pela equipe do jornal, era comum a colaboração de mulheres da comunidade local, já que o “Unibairros” tinha uma cultura de participação popular.

Das 37 edições analisadas do periódico, 24 abordavam especificamente o movimento feminista e, nesse sentido, 64% das edições perpassavam pela temática. Nas seis primeiras edições, não existia a coluna “E nós mulheres!”, sendo ela implementada apenas no sétimo número, em 1981. A partir de então,

a coluna aparece em praticamente todas as próximas edições, mas não atinge um caráter fixo, já que é inexistente em alguns números, tais como: 14; 19; 30; 32; 37; 39 e 41.

Na sétima edição de 1981, a primeira coluna “E nós mulheres!” procura contextualizar o feminismo, abordando a desigualdade que sempre existiu entre os gêneros e, nesse sentido, defendia que o objetivo do movimento era o de promover a igualdade entre homens e mulheres. Ao longo do texto, é descrito que a autonomia da mulher deve partir das próprias mulheres, sendo elas as responsáveis por se libertarem, já que, segundo o periódico, agem de forma submissa diante do homem. Entretanto, é relatado que os homens também devem ser conscientizados, compreendendo-se como iguais em relação às mulheres, e não com superioridade.

Devido a essa desigualdade imposta a vários séculos, que se fundou o movimento feminista, que tem como meta conscientizar a mulher, a não ser superior ao homem mas ser igual e possuir os mesmos direitos que ele, perante ao mundo. Mas esta luta é difícil, pois ainda existem mulheres que aceita (sic) essa total submissão ao homem. São mulheres que em grande número, são incapazes de agir pela própria cabeça. Precisam de um homem para pensar e decidir por ela. A mulher precisa se conscientizar de que ela tem direito sobre si mesma, de pensar, agir e até errar, sem que isso ela precise temer à reação dos homens (UNIBAIRROS, 1981, p.03).

A décima segunda edição, publicada em 1982, noticia o I Congresso da Mulher Mineira, perpassando pelos desdobramentos do evento. O texto relata quais foram os temas discutidos, além das decisões tomadas. Por último, descreve o debate em relação à criação da Federação das Mulheres Mineiras, sendo que foi decidido que seria estabelecida uma Pró-Federação, responsável pela criação de um novo congresso e por encaminhar as propostas decididas. Finalmente, são listadas as resoluções principais que foram tomadas durante o evento, sendo algumas delas:

1: Responsabilização do governo pela tarefa doméstica; 2: Luta por creches nos locais de trabalho, mantidas pelas empresas e nos bairros mantidas pelo governo; 3: Luta contra a violência sobre a mulher; 4: Luta contra o controle de natalidade imposto pelo governo; 5: Luta pelo emprego e seguro-desemprego; 6: Luta contra a dupla jornada de trabalho; 7: Luta contra a lei da segurança nacional; 8: Luta contra a exploração de menores (UNIBAIRROS, 1982, p.03).

Em 1983, é publicada a vigésima primeira edição, que aborda a temática do aborto, além das polêmicas relacionadas ao assunto. Ao longo da matéria, é mencionada a nova campanha da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, que traz como tema da Campanha da Fraternidade o “Direito à vida”, sendo esse um desdobramento das estratégias anti natalistas, adotadas pelo governo federal. Além disso, é relatada a marcha de 20 mil pessoas, no dia 12 de outubro, que aconteceu no Rio de Janeiro e se posicionava contra a legalização do aborto. Entretanto, também são abordadas as manifestações em

oposição, realizadas no dia 22 de setembro, que defendiam a legalização do aborto. Diante dos dois lados, o “Unibairros”, então, evidencia a sua posição:

Nós, do “Unibairros”, nesta discussão, percebemos que a questão do momento não é legalizar ou não o aborto, mas sim abrir uma ampla discussão, para que a mulher tenha um maior conhecimento do seu corpo, dos métodos anticoncepcionais existentes e questionar as causas que as levam a praticar o aborto. Vamos discutir (UNIBAIRROS, 1983, p.05).

A coluna “E nós mulheres!”, publicada em 1984, na 25ª edição, aborda a temática relacionada às mulheres no mercado de trabalho. É sinalizado o fato de, com a inserção da mulher no mercado, o trabalho feminino aumenta de forma considerável e o homem, diante desse fato, ainda assim não contribui com as tarefas domésticas, o que é responsável por gerar um desgaste para as mulheres. A coluna tem um tom crítico e promove a reflexão de que uma parte desse pensamento machista surge da própria educação ministrada pelas mulheres em seus lares.

É um problema criado pela nossa sociedade. A menina desde cedo é criada para servir o homem. Enquanto os meninos não são acostumados a ajudar nos serviços de casa e nem precisam aprender a ser bons companheiros. Há uma diferença neste sentido na educação dos filhos. Contribuímos para que a sociedade continue machista. Para que a mulher continue sendo um ser menos valorizada (sic), submissa. Falta diálogo, e informação quanto ao planejamento familiar (UNIBAIRROS, 1984, p.04).

Ao longo das matérias analisadas, é notável, no jornal, uma variedade de temáticas abordadas. Na vigésima sétima edição, por exemplo, publicada em 1985, há uma comemoração ao aniversário de cinco anos do jornal e, nela, a coluna “E nós mulheres!” tem o espaço e uma página, em contraste com outras edições, nas quais há  $\frac{1}{4}$  ou  $\frac{1}{2}$  da página. Ao longo da matéria dessa edição, são listados os métodos contraceptivos, havendo a explicação sobre cada um deles e a orientação de que é importante que a escolha seja tomada em parceria com um (a) médico (a).

Já na edição de número 28, de 1986, a coluna aborda a mulher diante da Constituinte, perpassando pela história do gênero ao longo das sete constituições existentes, sendo que, somente em 1984, com a terceira constituição, é que os direitos das mulheres aumentaram, a partir do princípio da igualdade dos sexos, a garantia de proteção ao trabalho da mulher e o direito ao voto. Entretanto, é sinalizado que, mesmo diante desses avanços, ainda há muito a se considerar, visto que há uma diferença de salários, uma ausência de estabilidade no emprego e a lacuna de cargos de chefia para as mulheres. Ainda sobre a Constituinte, a 31ª edição, de 1987, aborda a ideia de emenda na constituição, que se relaciona com a saúde da mulher, com maior assistência à mulher e a aposentadoria, com a proposta de 25 anos de contribuição, em razão da dupla jornada.

Em 1988, a temática feminista aparece pela última vez nas páginas do “Unibairros”, na edição 36. Ao longo da matéria, são abordadas temáticas como a Semana da Mulher, promovida pelo “Unibairros”, e

o dia internacional da mulher. Ao longo do evento, organizado pelo jornal, foi exibido o filme “A cor púrpura”, havendo debates sobre a mulher negra, além de reflexões sobre o papel da mulher na sociedade.

Ao analisar o movimento feminista dentro do “Unibairros”, é possível perceber uma variedade de temas, havendo uma procura pela conscientização das mulheres e dos homens sobre o papel da mulher na sociedade. São abordados temas como saúde, política e mercado de trabalho, temáticas que até hoje são muito debatidas na sociedade. Dessa forma, o jornal também assume um papel de educação, abrindo espaço para debate entre a população dos bairros. Nesse sentido, analisar o jornal é uma forma de entender como o movimento feminista se desenvolveu ao longo dos anos, a partir de uma perspectiva histórica sobre o jornalismo alternativo.

### **A imprensa e a representação dos negros**

Juiz de Fora tem uma localização estratégica, atuando como ponte entre o Rio de Janeiro e o estado de Minas Gerais. A cidade tem a sua origem relacionada à construção do Caminho Novo, uma estrada de grande importância, que ligava os dois estados já mencionados. Essa característica garantiu a Juiz de Fora uma grande relevância histórica, tendo ela sido forte na produção cafeeira. Nessa perspectiva, nos tempos do café, a principal mão-de-obra utilizada foram os escravos, atuando eles na lavoura, além de também trabalharem como ferreiros, pedreiros, marceneiros e parteiros. Além disso, também existia um número relevante de “escravos de ganho”, aqueles que trabalhavam na cidade, nos serviços domésticos. Por ser visto como propriedade na sociedade, o escravo era considerado como incapaz pelo poder jurídico (GUIMARÃES, 2001).

Há que se considerar que, a par da economia cafeeira, desenvolveu-se na região de Minas, e especialmente na Zona da Mata, um outro tipo de economia, baseada também no trabalho escravo, que se destinava ao consumo interno. No século XIX, Minas foi considerada a maior província escravista do país (entre 1819/1872) (GUIMARÃES, 2001, p.21).

Ao considerar a história dos negros dentro do Brasil, é notável que as marcas deixadas pela escravidão são visíveis até os dias atuais. Dessa forma, estudar a imprensa e a representação do negro dentro dos jornais é uma forma de entender a própria consciência de uma época. No Brasil, o primeiro periódico negro foi “O Homem de Côr”, publicado em 1833, por negros libertos da época. O caráter de resistência do movimento negro podia ser visto muito antes disso, ainda em 1788, quando a Revolta dos Alfaiates teve a sua organização pautada em cartazes, que foram colados por Salvador, na Bahia.

Segundo Ferreira (2006), foi somente após a Guerra Fria que a publicação de matérias, relacionadas ao negro, se intensificou na imprensa, visto que a época foi marcada por uma série de conflitos étnicos. No caso do Brasil, o jornalismo alternativo foi o responsável por aumentar o debate

dentro das páginas de periódicos. Em 1964, por exemplo, período no qual a imprensa alternativa esteve em alta, diante do contexto de ditadura militar, Kucinski (1991) relata que o “Versus” criou um caderno exclusivo para a temática negra, sendo ele chamado de “Afro-latino-América”, tornando-se um espaço importante de militância. Segundo o autor, tratava-se de um jornal negro, dentro de outro jornal, com quatro laudas, que eram redigidas por poetas e intelectuais negros.

Ainda no século XX, a representação do negro pela imprensa mudou de forma significativa, visto que, em 1988, houve a comemoração do centenário da abolição da escravatura. Nessa mesma época, também foi elaborada a nova constituição brasileira, fato que levantou uma série de discussões pelo país, sendo elas reverberadas em eventos, tais como nas letras de samba-enredos do carnaval carioca, assim como em campanhas, como a da fraternidade católica. Nesse sentido, o tema foi abordado de forma recorrente pela imprensa no Brasil, havendo um cuidado maior para os termos utilizados, a partir dos manuais de redação.

### **O movimento negro no “Unibairros”**

O movimento negro foi pauta recorrente do “Unibairros” e, assim como no caso do movimento feminista, as matérias tinham um tom de conscientização e caráter crítico, sendo várias questões da sociedade questionadas. A edição cinco trouxe o tema pela primeira vez, em 1981, sendo abordada uma reunião que havia sido realizada no dia 11 de abril, em que pessoas negras procuraram discurtir, durante o encontro, a situação da minoria social (em termos de poder político e econômico) em Juiz de Fora e no Brasil. A matéria abordava a quantidade de afrodescendentes nas favelas, a opressão vivenciada no dia a dia e os empregos desvalorizados, nos quais um alto número de negros se encontravam.

O negro é oprimido duas vezes: 1ª) Sendo trabalhador, e como a situação da classe trabalhadora é de exploração e opressão o negro sofre estes problemas 2ª) Pela cor de nossa pele e perda de nossa identidade cultural. Como se não bastasse, a maioria da população negra está localizada nas favelas e mocambos; nos empregos podemos observar que as piores funções são destinadas aos negros; nos colégios e universidades o nº de negros é muito reduzido; e piorando ainda mais a nossa situação, a repressão policial atinge de uma forma violenta, visto que o negro é “antes de tudo suspeito” (UNIBAIRROS, 1981, p.03).

No ano seguinte, em 1982, a 12ª edição aborda as eleições daquele ano, evidenciando a importância da participação do negro nas mesmas. Nessa perspectiva, o presidente do PT de Juiz de Fora, José Lima, é entrevistado, sendo abordadas questões como a organização e participação do negro na sociedade, a discriminação racial e o papel do negro nas eleições. De acordo com José Lima, o negro tem um papel importante nas eleições, já que constituem a maioria da população, atuando de forma decisiva. Além disso, o presidente do PT aborda a necessidade de uma identidade negra organizada, de forma a fortalecer o papel da minoria social na sociedade.

Devido a esse processo que sempre existiu, de colocar o negro em 2º plano a participação do negro ainda é pequena, tanto nos meios culturais, políticos, religiosos. Somente a partir de uns 3 anos pra cá é que o negro realmente está assumindo a condição de negro e procurando criar entidades que representem a sua vontade. Daí a criação da M.N.U (Movimento Negro Unificado) em vários estados do país e uma divulgação da problemática do negro nos meios que foram ditos acima. Então a gente vê que o negro hoje já consegue uma participação maior na sociedade que ainda não é suficiente como parte integrante nessa sociedade. (UNIBAIRROS, 1982, p.06).

Em 1983, a 17ª edição traz como tema a colocação do negro no mercado de trabalho, sendo abordadas as dificuldades enfrentadas pela minoria social ainda no processo de conseguir o emprego, além de serem os primeiros a sofrer demissão.

A luta é para que trabalhador admitido seja entre 4 trabalhadores, onde um seja (sic) negro; é importante colocar esta reivindicação, porque na medida que os empregos vão escasseando (sic), os patrões começam a adotar formas de aprofundar a divisão da classe operária e os negros são as maiores vítimas. As dificuldades de arrumar emprego são muitas e no emprego, os negros, são (sic) os primeiros a serem mandados embora. (UNIBAIRROS, 1983, p.03).

A 22ª edição do “Unibairros” publica, em 1984, a coluna “A Luta do Negro”, na qual são enumeradas as situações em que os negros são prejudicados, o que pode ser exemplificado na grande quantidade de negros em empregos devalorizados; os salários menores, em relação aos brancos; a ausência de espaço nas escolas; o baixo ingresso nas universidades; o alto índice de desemprego e a desvalorização da cultura negra.

Mas os negros sempre lutaram contra esta situação. Para melhor defender seus direitos e lutar contra a discriminação existente (sic) em nossa sociedade, se organizam em entidades específicas. Em Juiz de Fora existem várias entidades. Mas será que levam em frente este trabalho de conscientização e estão lutando ao lado dos negros e dos oprimidos. Alguns meses atrás foi fundada outra entidade “Quilombo de Palmares”, que contou com a presença de um grande nº de negros. Mas não podemos deixar de colocar que a maneira que foi organizado a Assembléia (sic) não garantiu a efetiva participação de todos. (UNIBAIRROS, 1983, p.03).

Em 1986, a 26ª edição traz a editoria “Coluna do Negro”, sendo traçada uma comparação entre as datas de 13 de Maio de 1888 e de 1985, em comemoração à abolição da escravatura. O texto critica as leis que foram responsáveis por libertar os negros, atuando elas, na verdade, como uma forma de aumentar o abandono ao menor e ao idoso, o que contribuiu para o crescimento das favelas e do desemprego. Em 1985, é sinalizada que, mesmo diante da abolição, não houve tanta alteração na situação do negro dentro da sociedade.

Hoje, os negros como em 1800, sofrem as mesmas discriminações, obrigados a viver em periferias (quando não em favelas), não têm direito em ocupar (sic) grandes cargos (políticos, empresas estatais particulares), oficialato das formas armadas (sic), governos municipais, estaduais e federais, ministérios) e inclusive nas comissões criadas pelo

Congresso Nacional, como a que cuidará da comemoração dos 100 anos do “fim da escravidão”, que não tem sequer um negro (UNIBAIRROS, 1986, p.06).

Na 30ª edição de 1987, o negro não recebe tanto destaque, mas há uma crítica aos 472 de dominação sobre o negro, nos quais 372 desses são de escravidão e 100 de dominação. Nesse mesmo ano, a 31ª edição traz como capa a temática do movimento negro, além de um editorial, que se posiciona contra à comissão que foi criada pela Prefeitura, que tinha o intuito de organizar as comemorações para a abolição da escravatura. De acordo com o periódico, não houve nenhum diálogo com a comunidade negra, além disso, o jornal se posiciona sobre o fato de o momento ser de reflexão sobre a época e não de comemoração.

A temática negra aparece pela última vez na 37ª edição, publicada em 1988, havendo, também, uma capa voltada para o movimento negro, diante da data de comemoração, sendo ela o maio de 1988, data dos 100 anos de abolição. Nesse periódico, o movimento negro tem espaço na editoria “Você sabia?”, que procura levantar uma série de reflexões sobre a situação da minoria social no território brasileiro. Ademais, é sinalizado que o 13 de maio deva ser um dia nacional de denúncia do racismo.

13 de Maio não é nosso dia. Nada de festas e comemorações. Não temos o que festejar. Na realidade não houve abolição. Quem ficou livre foram os senhores de terra e os capitalistas para explorar ainda mais o negro ex-escravo, os trabalhadores. Que liberdade é essa que negou aos homens, mulheres e crianças o acesso à terra, ao emprego, ao salário digno, saúde e educação (UNIBAIRROS, 1988, p.08).

Ao longo de suas edições, o “Unibairros” procurou abordar uma série de questões da sociedade, indo muito além de reivindicações por melhorias na estrutura do bairro. Foi possível perceber, ao analisar as edições, uma forte preocupação com assuntos políticos, sociais e econômicos, de relevância nacional e local. Além disso, é importante destacar o enfoque dado às minorias, sendo que esses assuntos muitas vezes eram negligenciados pela imprensa nacional e, até mesmo, pela alternativa. Nessa perspectiva, é possível perceber que a temática do movimento negro estava presente em uma grande quantidade de edições, sendo ela responsável por debater sobre o papel da minoria social na sociedade atual e denunciar a discriminação racial, muitas vezes ignorada no Brasil.

## **Considerações Finais**

Em 1980, o Brasil foi marcado por um período de redemocratização, no qual havia grande interesse pelo debate, visto que, anteriormente, a censura era intensa e, a partir desse período, as liberdades voltam a ser reconquistadas. Diante desse contexto, o “Unibairros” surge incentivado por essa abertura de perspectivas, a partir da união de bairros. O objetivo do jornal era o de promover a conscientização, primar pela informação e, além disso, promover a reflexão sobre temas de relevância

social. Nesse sentido, o periódico atuava como um meio para legitimar as questões levantadas pelos bairros, além de propor novos olhares.

Com um caráter crítico, em relação à sociedade, o “Unibairros” traz questões muitas vezes negligenciadas pela grande mídia, tal como o movimento feminista e o movimento negro. É interessante perceber que a abordagem era diferenciada, já que, ao contrário da grande mídia, o jornal procurava empoderar essas minorias, sendo que em jornais tradicionais, o protagonismo do negro se reduzia à editoria de polícia e de esporte, enquanto as mulheres eram representadas nas de moda e do lar. Nessa perspectiva, em suas edições aparecem problematizações sobre o mercado de trabalho, a igualdade de gêneros, a violência, a proliferação do machismo e o racismo. É importante mencionar que, por ter forte participação popular, o “Unibairros” permitia que os próprios moradores, em seus lugares de fala, se posicionassem, o que era responsável por legitimar o que era escrito, visto que as problematizações eram feitas por mulheres e negros.

### **Referências Bibliográficas**

ABREU, Alzira. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

CARDOSO, Elizabeth. **Imprensa brasileira pós-1974**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC. V. 12, n. especial, 2004. p. 37-55.

COSTA, Ana. **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política**. Revista Gênero. Niterói: UFF. V.5, n.2, p. 9-35.

FERREIRA, Ricardo. **Negro midiático: construção e desconstrução do afro-brasileiro na mídia impressa**. Revista USP, 2006. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/69/08-ricardo.pdf>

GUIMARÃES, Elione; GUIMARÃES Valéria. **Aspectos cotidianos da escravidão em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Fulanfa, 2001;

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991.

UNIBAIRROS, Juiz de Fora, nº 5, 1981.

UNIBAIRROS, Juiz de Fora, nº 7, 1981.

UNIBAIRROS, Juiz de Fora, nº11, 1982.

UNIBAIRROS, Juiz de Fora, nº 12, 1982.

UNIBAIRROS, Juiz de Fora, nº 17, 1983.

UNIBAIRROS, Juiz de Fora, nº 21, 1983.

UNIBAIRROS, Juiz de Fora, nº 22, 1984.

UNIBAIRROS, Juiz de Fora, nº 25, 1984.

UNIBAIRROS, Juiz de Fora, nº 26, 1985.

UNIBAIRROS, Juiz de Fora, nº 27, 1985.

UNIBAIRROS, Juiz de Fora, nº 28, 1986.

UNIBAIRROS, Juiz de Fora, nº 30, 1987.

UNIBAIRROS, Juiz de Fora, nº 31, 1987.

UNIBAIRROS, Juiz de Fora, nº 36, 1988.

UNIBAIRROS, Juiz de Fora, nº 37, 1987.

WERNECK, Sodré. **História da Imprensa no Brasil**. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.